



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**PARECER N.º 035/2024, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,**  
**LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**Ementa:** Parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 035/2024, de autoria da Vereadora Karina Bach e da Emenda n.º 04/2024, apresentada pelo Vereador Luis Ferroquina.

**1. RELATÓRIO**

O projeto de lei n.º 035/2024, da autoria da vereadora Karina Bach, dispõe sobre a fixação de placas de alerta sobre o esquecimento de crianças e animais em estacionamentos.

O artigo 3º fixou as penalidades para o caso de descumprimento desta futura lei. Em primeiro lugar, aplica-se uma advertência. Em caso de reincidência, multa de R\$1.000,00, 2.000,00, interdição do estabelecimento e cassação do alvará, sucessivamente. Entre uma sanção e outra, deverá haver um tempo de espaço de trinta dias, período em que o autuado poderá regularizar sua situação. Foi estabelecido um prazo de Vaccacio Legis de trinta dias.

Conforme parecer jurídico, foi sugerida a alteração dos valores das multas de reais para Unidades Fiscais de Guaíra.

Da análise do projeto, apresentei Emenda Supressiva, para retirar do texto a redação do artigo 2º que previa sanções em caso de descumprimento da lei, procedendo com a renumeração dos demais artigos.

**2. VOTO DO RELATOR**

A constitucionalidade de uma norma deve ser analisada sob dois enfoques: material e formal. Neste último, analisa-se o processo legislativo, portanto, além do próprio rito, deve-se analisar a competência para propor e aprovar tal matéria.

A competência do Município está prevista no art. 30, I, da Constituição Federal:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*  
*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



No âmbito estadual, o art. 17, I, da Constituição do Estado do Paraná replica o comando da Carta Magna, conferindo competência ao Município para legislar sobre assunto local:

*Art. 17. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Por fim, o projeto está dentre as matérias de competência do Município, nos termos do art. 20, I, da Lei Orgânica do Município de Guaíra:

*Art. 20 Compete ao Município:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local, entre outros:*

Quanto a competência, verifico que a matéria abordada no Projeto de Lei n.º 032/2024 está inserida no rol legiferante reservado aos municípios. No tocante à iniciativa, não se trata de nenhuma das situações previstas no artigo 50, §1º, da Lei Orgânica do Município de Guaíra, o que possibilita a iniciativa parlamentar.

Por fim, observa-se que até o presente momento, o projeto de lei tramita de acordo com o Regimento Interno desta casa. Com isso, formalmente, o projeto é constitucional.

No aspecto material não vislumbro ofensa aos valores e princípios resguardados pela Constituição Federal.

Apenas apresento a Emenda Supressiva, com o fim de se retirar do corpo do texto as sanções que foram previstas, uma vez que entendo não ser necessária, na medida em que a própria lei já possui força vinculante suficiente.

Pelas razões aqui expostas, com a emenda proposta, concluo que o projeto de lei é constitucional, de modo que meu **voto é favorável a sua tramitação**, com a emenda proposta.

Sala de Reuniões, em 14 de agosto de 2024.

  
**LUIS FERROQUINA**  
Relator





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



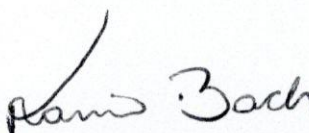
**3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL**

O parecer da comissão acompanhou o voto do relator, sendo ele pela tramitação do projeto de lei n.º 035/2024 com as alterações implementadas pela Emenda n.º 04/2024. Votou pela Comissão, além do relator, o Vereador Raufi Edson Franco Pedroso e a Vereadora Karina Bach.

Sala de Reuniões, em 14 de agosto de 2024.

  
**RAUFI EDSON FRANCO PEDROSO**

Presidente



**KARINA BACH**

Secretária